



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2016/SEMA/MT	
LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP	
<p>PROCESSO N.º 199058/2015/SEMA  PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2016/SEMA  TIPO MENOR PREÇO POR LOTE  DATA: 10/06/2016 – HORÁRIO: 09h00min  LOCAL: Auditório Pantanal localizado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, situada na Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, Cuiabá - Mato Grosso.  OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, COM IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, E DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, COM PINTURA EM SOLO DE SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO CONFORME NORMAS DO DETRAN, NA ÁREA DO PÁTIO DE ESTACIONAMENTO DA SEDE DA SEMA-MT, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.</p>	
ÍNDICE	
1. PREÂMBULO .....	2
2. DO OBJETO .....	2
3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL .....	2
4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO .....	3
5. DO CREDENCIAMENTO .....	4
6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES .....	6
7. PROPOSTA DE PREÇOS .....	8
8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS .....	10
9. DA HABILITAÇÃO .....	11
10. DOS RECURSOS .....	15
11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO .....	16
12. DO CONTRATO .....	17
13. DO PAGAMENTO .....	19
14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....	21
15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA .....	23
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	23
ANEXO I .....	26
ANEXO II .....	29
ANEXO III .....	30
ANEXO IV .....	31
ANEXO V .....	32
ANEXO VI .....	33
ANEXO VII .....	34
ANEXO VIII .....	49

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2016/SEMA/MT

### LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/COOP

PROCESSO N.º 199058/2015

#### 1. PREÂMBULO

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designado pela Portaria nº 332/2015/SEMA, publicada no D.O.E do dia 16 de julho de 2015, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com as Leis Federais n.º 10.520/02 e n.º 8.666/93, c/c a Lei Estadual nº 7.696/02 e com os Decretos Estaduais n.º 7.217/06 e n.º 7.218/06.

1.1 O Credenciamento que possibilita o direito de manifestação das empresas participantes será realizado das 09h00min às 09h30min do dia 10 de junho de 2016.

1.2 Sendo a sessão aberta neste mesmo dia às 09h30min, na qual serão entregues os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos.

1.3 O local de credenciamento e abertura da sessão pública será no Auditório Pantanal localizado na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, situada na Rua C, esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo - CPA, Cuiabá - MT.

1.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão obrigatoriamente o horário de Cuiabá-MT e, dessa forma, serão registradas no sistema e na documentação relativa ao certame.

#### 2. DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, COM IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, E DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, COM PINTURA EM SOLO DE SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO CONFORME NORMAS DO DETRAN, NA ÁREA DO PÁTIO DE ESTACIONAMENTO DA SEDE DA SEMA-MT, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO, devendo ser observadas as especificações e quantidades, discriminadas no Anexo I – Formulário Padrão de Proposta, que faz parte integrante deste Edital.

#### 3. DO ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1 Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do pregão, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entendam viciarem o mesmo, cabendo ao Pregoeiro decidir até o dia anterior à data de abertura da sessão de licitação, nos termos do art. 32, §1º do Decreto Estadual 7.217/2006.

3.1.1 As petições poderão ser protocolizadas por meio dos Correios, via Sedex; por meio do endereço eletrônico: [licitacao1@sema.mt.gov.br](mailto:licitacao1@sema.mt.gov.br); ou ainda protocolado na Secretaria de estado de Meio Ambiente; devidamente instruídas com CNPJ, a razão social, endereço, telefone para contato, e-mail e ainda, número do processo e do Pregão ao qual se referem, devendo ser endereçadas à Comissão de Licitação da SEMA, sendo que as petições deverão ser recebidas nesta secretaria até o prazo constante no **Item 3.1**.

3.2 Os esclarecimentos serão disponibilizados no sítio da Internet da Secretaria de Estado de Meio Ambiente ([www.sema.mt.gov.br](http://www.sema.mt.gov.br) no link "aquisições") e da Secretaria de Estado de Gestão ([www.gestao.mt.gov.br](http://www.gestao.mt.gov.br) no link "Portal de Aquisições") e passarão a integrar o presente Edital.

3.3 Serão divulgadas pela internet nos sítios mencionados no item acima, todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes, razão pela qual os licitantes interessados deverão consultá-los frequentemente.

3.4 As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

3.5 Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório, serão corrigidos os vícios e uma nova data será designada pela Administração, para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação de propostas.

3.6 A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

#### 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 A presente Licitação, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 147/2014, destina-se **exclusivamente** à participação de MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, qualificadas como tais nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, em cumprimento ao disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123 de 2006 e SOCIEDADES COOPERATIVAS enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007.

4.2 Poderão participar deste Pregão, somente os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, que sejam legalmente constituídos, sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto licitado, sendo que será analisada esta compatibilidade durante o credenciamento.

**4.3 Não será admitida** nesta licitação a participação de empresas:

**4.3.1** Que, embora qualificadas como microempresas ou empresas de pequena porte, ou cooperativas enquadradas no artigo da Lei nº 11.488/2007, incidam em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º da lei Complementar nº 123/2006;

**4.3.2** Em estado de falência, de concurso de credores, de dissolução ou liquidação.

**4.3.3** Empresas que tenham sido declaradas inidôneas por órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas: Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou punida com suspensão, desde que a punição alcance esta Administração. Em ambos os casos, o ato deverá ter sido publicado na Imprensa Oficial ou registrada no Cadastro Estadual de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CEIS/MT, conforme Lei Estadual nº 9312/2010.

**4.3.4** Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

**4.3.5** Estrangeiras que não tenham sede no País.

**4.3.6** Que mantenham em seu quadro de empregados, servidor público de qualquer órgão ou entidade vinculada a essa Secretaria, bem como à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

**4.4** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

**4.5** A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital.

## 5. DO CREDENCIAMENTO

**5.1** Os licitantes interessados em participar do certame deverão comparecer no local indicado neste Edital, 30 (trinta) minutos antes do horário de abertura da sessão, para efetuarem o credenciamento.

**5.2** Os documentos referentes ao credenciamento deverão ser entregues ao Pregoeiro FORA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**5.2.1** Na ocorrência dos documentos relativos ao credenciamento constarem no Envelope "2", o Pregoeiro poderá devolver o envelope de habilitação lacrado ao licitante para que o mesmo retire de dentro os respectivos documentos, procedendo a novo lacramento.

5.3 Todos os documentos relacionados abaixo deverão ser entregues independente dos Licitantes serem cadastrados no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso (CGF).

5.4 No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao Pregoeiro, **exibindo:**

5.4.1 A respectiva cópia da cédula de identidade (ou documento equivalente) autenticada em cartório ou cópia desta com a original para autenticação da equipe de licitação.

5.4.2 Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme Anexo III.

5.4.3 Declaração Negativa de Inidoneidade e Suspensão para licitar com o poder público (Anexo VI).

5.4.4 Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento por meio de outorga por instrumento público ou Termo de Credenciamento, neste último caso, **com firma reconhecida em cartório (Anexo II - Modelo de Termo de Credenciamento)**, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame, e ainda o documento do Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

5.4.5 Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, **deverá apresentar cópia da cédula de identidade e original ou documento equivalente autenticado em cartório** e cópia autenticada do Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada.

5.4.6 Quando a ME ou EPP for optante pelo SIMPLES nacional, deverá apresentar:

a) **Comprovante de opção pelo SIMPLES** obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

5.4.7 Quando a ME ou EPP não for optante pelo SIMPLES nacional deverá apresentar:

a) **Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial** e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

b) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

5.5 Todos os documentos relacionados no subitem anterior deverão ser originais ou deverão estar autenticados em cartório ou fotocópia simples acompanhada de

documento original, para conferência "in loco", sendo que só serão aceitas cópias legíveis.

5.6 Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

5.7 É vedado o substabelecimento com o intuito de representar outra empresa no mesmo procedimento de licitação.

5.8 A falta ou incorreção dos documentos de procuração ou atos de constituição ou de investidura ou ainda da declaração dando ciência de cumprir as exigências da habilitação **não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestarem-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório**, enquanto não suprida à falta ou sanada a incorreção, este saneamento somente poderá ocorrer na etapa de credenciamento.

5.9 As empresas licitantes interessadas no presente certame que não puderem enviar preposto para participar da sessão pública de Pregão Presencial poderão remeter os documentos referente à Proposta e Habilitação, em envelope lacrado, via correio, devendo os respectivos documentos ser entregues até a abertura da Sessão Pública, ao qual não poderá manifestar na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório.

5.10 Sob pena de **inabilitação** ou **desclassificação** todos os documentos apresentados deverão referir-se ao mesmo CNPJ da empresa credenciada.

## 6. DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DE ENVELOPES

6.1 A sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um **Pregoeiro**, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados **no preâmbulo deste Edital**.

6.2 Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará(ão) os envelopes contendo a(s) proposta(s) de preços e os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

6.3 O envelope da Proposta de Preços deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇOS  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016/SEMA  
RAZÃO SOCIAL E Nº DO CNPJ DO LICITANTE.

6.4 A empresa deverá apresentar um envelope para cada lote.

6.5 O envelope dos "Documentos de Habilitação" deverá ser apresentado fechado, contendo em seu exterior as seguintes informações:



**ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA**  
**PREGÃO PRESENCIAL N 007/2016/SEMA**  
**RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE.**

**6.6** Inicialmente será aberto o Envelope 01 – Proposta de Preços – e, após, o Envelope 02 Documentos de Habilitação.

**6.7** Os documentos apresentados pelos licitantes nas Propostas de Preços e nos Documentos de Habilitação, quando redigidos em língua estrangeira, só terão validade quando acompanhados da respectiva tradução realizada por tradutor juramentado ou consularizado.

**6.8** Caso o licitante não possa comparecer na sessão de abertura do Pregão, poderá entregar pessoalmente ou enviar por correios à Gerência de Processos de Aquisições - GPAQ, na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, sito na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguas, Centro Político Administrativo - CPA, na cidade de Cuiabá-MT, CEP 78050-970, os seguintes documentos:

a) Ato constitutivo da empresa, acompanhado de todas as alterações ou a última alteração consolidada;

b) Declaração de que cumpre plenamente as exigências quanto à habilitação, conforme Anexo III;

c) Envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação, contendo os documentos descritos nos itens 7 e 9 deste edital;

d) Quando **optante** pelo SIMPLES nacional:

d.1) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

d.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal nº. 123/06, conforme Anexo V deste Edital.

e) Quando **não optante** pelo SIMPLES nacional:

e.1) Declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovado ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos I e II do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06;

e.2) Declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º da Lei Complementar nº. 123/06, conforme Anexo V do Edital.

**6.8.1** No caso de envio dos envelopes por meio dos correios, o licitante deverá enviar e-mail para o endereço [licitacao1@sema.mt.gov.br](mailto:licitacao1@sema.mt.gov.br), informando seus dados para contato, a data do envio e o código de rastreamento/identificação dos envelopes, para que a GPAQ confirme o recebimento dos envelopes.

**6.8.2** Cabe ao licitante providenciar para que os envelopes sejam recebidos em tempo hábil de serem abertos na sessão pública.

**6.8.3** Entregar pessoalmente no local da realização da sessão do Pregão os envelopes de Proposta de Preços e Documentos de Habilitação ao pregoeiro, na data e horário previstos para o credenciamento.

**6.8.4** A SEMA não se responsabilizará por eventuais atrasos e/ou extravios na entrega dos envelopes.

**6.9** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, e a SEMA não será, em nenhuma hipótese, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

## 7. PROPOSTA DE PREÇOS

**7.1** A Proposta de Preços deverá ser apresentada em uma via datilografada ou impressa, preferencialmente no **modelo de proposta de preços (ANEXO I)**, redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas, sendo devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante.

**7.2** Na Proposta de Preços deverão constar, **sob pena de desclassificação**:

**7.2.1** Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e, se possível, endereço eletrônico (e-mail), nº da conta corrente, agência e respectivo Banco.

**7.2.2** Prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

**7.2.3** Uma única cotação, com preços unitários e valor por Lote, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último.

**7.2.4** Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante deverá constar na proposta, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).

**7.3** A licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme constante no modelo da PROPOSTA DE PREÇOS – Anexo I deste edital.

**7.4** O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no “site” da SEFAZ: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br) - Portal da Legislação SEFAZ.



## 7.5 DA VISTORIA

7.5.1. É recomendável que a empresa licitante vistorie os locais de execução do serviço, executando todos os levantamentos necessários, não sendo admissível posterior alegação de omissão com o intuito de obter acréscimo de preço.

7.5.2. A empresa licitante que optar por vitoriar os locais de execução do serviço, deverá fazê-lo até dois dias antes da licitação, devendo agendar a visita, 24 (vinte e quatro) horas antes, por meio do telefone (65) 3613-7260, ou na Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário-GAPI.

7.6 Em função do critério de julgamento, os licitantes deverão obrigatoriamente apresentar preço para o item observando as quantidades solicitadas no edital, sob pena de desclassificação pela ausência de cotação para qualquer um deles.

7.7 Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

7.8 Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos serem fornecidos sem ônus adicionais.

7.9 As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.

7.10 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.11 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

7.12 Após a apresentação das propostas, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades do item 14.1 do presente Edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.13 O Pregoeiro considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem em nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa.

7.14 A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia que se fizer necessária.

## 8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro.

8.2 No julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, que corresponde ao valor total bruto da proposta para o lote.

8.3 No julgamento serão observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos, neste edital, e o objeto social da empresa.

8.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

8.5 Será classificada a proposta que apresentar o menor preço e que esteja de acordo com o Edital, bem como as propostas dos licitantes que apresentarem valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, desde que atendam ao Edital.

8.6 Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

8.7 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

8.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.9 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 14.1** deste Edital.

8.10 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, que tem caráter meramente informativo.

8.11 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.12 Sendo aceitável a proposta de menor preço será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias, e, caso o pregoeiro entenda necessário, abrirá o envelope

do segundo classificado, para confirmação das suas condições habilitatórias, nos termos do artigo 36, § 4º, do Decreto Estadual nº 7.217/2006.

**8.13** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**8.14** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

**8.15** Nas situações previstas nos **subitens 8.8, 8.9 e 8.10**, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

**8.16** Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

**8.17** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo Pregoeiro e as licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado esse direito.

**8.18** Caso ocorra a apresentação de 02 (duas) ou mais propostas originais de preços iguais, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital, e as licitantes classificadas se recusarem a dar lances e consequentemente persistindo a igualdade de preços será adotado o critério de desempate por sorteio na forma do art. 45, parágrafo 2º, da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, na própria sessão.

**8.19** No caso da sessão do pregão, em situação excepcional, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes, devidamente rubricados no fecho, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas das participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

**8.20** Havendo apenas uma proposta de preços por Lote, o pregoeiro suspenderá a sessão do Pregão e informará a autoridade competente, que poderá autorizar a adjudicação do objeto ou revogar a licitação.

## 9. DA HABILITAÇÃO

**9.1** Os documentos de habilitação, para **EMPRESAS CADASTRADAS**, que deverão ser apresentados na sessão pública são os seguintes:

a) Certificado de Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado – CGF/MT.

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93 (**Anexo IV**).

b.1) No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC n.º.123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

c) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

d) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

e) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação:

e.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

e.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

f) As micros e pequenas empresas, optantes comprovadas do regime de tributação simples – SIMPLES, comprovarão a sua qualificação econômico-financeira através da apresentação da declaração anual de rendimentos/DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, já exigíveis e apresentados na forma da lei, mesmo que apresentado o Cadastro Geral de Fornecedoros – CGF/MT.

9.2. As Empresas licitantes **NÃO CADASTRADAS** deverão apresentar na sessão pública os seguintes documentos de habilitação, em plena validade, sob pena de inabilitação:

#### 9.2.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo da empresa, devidamente registrado, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento;

a.1) No caso de sociedades cooperativas, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede;

b) Cédula de identidade e CPF do responsável pela empresa, sendo dispensado neste momento caso já tenha sido entregue no momento do credenciamento.

## 9.2.2 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.2.2.1 As empresas participantes deste pregão comprovarão a aptidão para executar o objeto deste certame por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) desempenhos anteriores ou atuais de forma satisfatória, compatíveis com o objeto desta licitação:

a.1) No caso de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá conter firma reconhecida em cartório.

a.2) O Atestado deverá ser em papel timbrado contendo a identificação do signatário responsável com firma reconhecida (quando emitido por pessoa jurídica de direito privado), bem como meios de contato (telefone, e-mail, etc.) que possibilitem o Pregoeiro realizar diligências para esclarecimento de dúvidas relativas às informações prestadas.

b) As **cooperativas** ainda terão de apresentar registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, de acordo com o que determina o artigo 107, da Lei 5.764/71;

## 9.2.3 DA REGULARIDADE FISCAL:

a) Inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação;

b) Comprovação da regularidade com a seguridade social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e para com Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, conforme objeto licitado.

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

## 9.2.4 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de Falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física, que tenha sido expedida até 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura da licitação, **exceto** para as cooperativas de acordo com o que determina o artigo 4º da Lei nº. 5.764/71;

b) Declaração Anual de Rendimentos/Imposto de Renda.

## 9.2.5 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES PARA NÃO CADASTRADAS

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (**Anexo IV**).

a.1) No caso de microempresa, empresa de pequeno porte e sociedades cooperativas que, nos termos da LC nº. 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva na supracitada declaração, sendo que será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização referente a restrição em documentos de regularidade fiscal.

b) Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal (**Anexo IV**).

c) Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidor público exercendo função de gerência, administração ou tomada de decisão (**Anexo IV**).

**9.3** A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**9.4 Sob pena de inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, salientando que:

a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

c) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da (s) filial (ais) da licitante.

**9.5** Os documentos apresentados no envelope de habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua emissão, exceto para os documentos expedidos pelos órgãos federais que terão prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da sua emissão.

**9.5.1** Excetuam-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidade técnica.

**9.6** Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.



9.7 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente, em publicação da imprensa oficial ou em cópia simples, desde que acompanhados do original para conferência pelo Pregoeiro.

9.8 O(a) Pregoeiro(a) reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

9.9 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.10 Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006.

9.11 Poderá o(a) Pregoeiro(a) declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida.

9.12 Constatando por meio da diligência o não atendimento ao estabelecido, o(a) Pregoeiro(a) considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

9.13 Somente serão retidos os documentos do licitante vencedor, no entanto, a Administração poderá reter os documentos dos demais licitantes quando estes se manifestarem sobre a intenção de interpor recursos administrativos ou desde que esses estejam implicados na questão.

9.14 Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.15 Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas neste edital, o licitante – 1º classificado – será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

9.16 O pregoeiro poderá habilitar mais de 1 (um) licitante por **lote**, desde que devidamente classificado para a etapa de lances e sem preterição da ordem classificatória, na forma do artigo 36, parágrafo 4º do Decreto Estadual nº 7.217 de 14 de março de 2006.

## 10. DOS RECURSOS

10.1 Declarado o vencedor, fracassado ou deserto o lote, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número

de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.1.1 A alegação de preço inexequível por parte de um dos licitantes com relação à proposta de preços de outro licitante deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

10.1.2 Não serão aceitas petições encaminhadas por e-mail ou fax, as mesmas deverão ser protocolizadas no sistema de protocolo, endereçadas ao Pregoeiro, ou por correios, via Sedex.

10.1.3 As petições deverão estar instruídas com a razão social, endereço, assinatura, telefone para contato e ainda, número do processo e do pregão ao qual se referem.

10.1.4 A manifestação necessariamente explicitará motivação consistente, que será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não, nos termos do art. 112, I, do Decreto nº. 7.217/06.

10.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

10.3 Presentes os pressupostos de admissibilidade, o Pregoeiro suspenderá os trabalhos até a decisão final quanto ao recurso interposto.

10.4 Havendo recurso interposto contra a decisão do Pregoeiro acerca de determinado lote, este não terá efeito suspensivo para os demais.

10.5 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

10.7 Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da SEMA, na Gerência de Processos de Aquisições.

10.8 Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá assegurar o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.

## 11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor será feita pelo Pregoeiro, e ficará sujeita à homologação da autoridade competente.

11.2 Para fins de homologação, o proponente vencedor fica obrigado a **apresentar nova proposta readequada acompanhada de planilha de preços, custos e insumos**

detalhada com base no valor ofertado na etapa de lances verbais, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da sessão pública do Pregão, com valores correspondentes à adjudicação, a qual substituirá a original, como parte integrante do contrato, sob pena de convocação do segundo colocado.

11.3 Se o licitante não apresentar proposta atualizada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, poderá o pregoeiro desclassificá-la e examinar as ofertas subsequentes, bem como a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

11.3.1 Nas hipóteses acima, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à licitante advertência, multas, suspensão ou declará-la inidônea, sendo informado à Secretaria de Estado de Administração, para providência quanto ao registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado.

## 12. DO CONTRATO

12.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, será lavrado contrato com a empresa adjudicatária, conforme minuta de contrato **Anexo VIII.**

12.2 A empresa adjudicatária deverá comparecer para firmar o Contrato, bem como retirar a nota de empenho, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal. Caso a adjudicatária seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias.

12.3 Na hipótese de a empresa adjudicatária não atender a condição acima ou recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Ordem de Serviço, bem como não apresentar justificativa porque não o fez, decairá o direito à contratação, conforme preceitua o art. 4º, inciso XVI e XXIII, da Lei nº. 10.520/02, nesse caso o Pregoeiro convocará o segundo licitante classificado e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis observados o disposto no artigo 7º da mesma lei.

12.4 Como condição para celebração do Contrato, a empresa adjudicatária deverá manter as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação.

### 12.5 Da Execução

12.5.1 O serviço será solicitado através de ordem de serviço, de acordo com a necessidade da Contratante, sendo que o serviço deverá ser iniciado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem, pela Contratada, devendo o serviço ser concluído em até de 30 (trinta) dias.

12.5.2 Se a qualidade ou características do serviço entregue não corresponder às especificações exigidas no Termo de Referência e/ou Edital, as substituições deverão ser feitas, **no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis**, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

12.5.3 A execução do serviço, objeto da presente licitação, deverá ser realizado pela contratada, **na Área do pátio da SEMA-MT**, e deverá ser acompanhada pela Gerência

de Ambiente e Patrimônio Imobiliário-GAPI, fiscal responsável ou algum servidor designado por este.

## 12.6 Da Alteração do Contrato

12.6.1 O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993:

12.6.1.1 Durante a vigência do contrato a CONTRATADA poderá solicitar o reajuste dos preços ou reequilíbrio econômico e financeiro para manter a equação econômico-financeira obtida na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

12.6.1.2 Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da CONTRATADA e **depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório**, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

12.6.1.3 Para os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados no valor de mercado, após a análise contábil e jurídica e à autoridade competente da contratante a decisão sobre o pedido.

12.6.1.4 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento.

## 12.7 Do Reajuste

12.7.1 Os preços unitários dos serviços objeto deste edital, **desde que observado o interregno mínimo de um ano**, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0) \times P}{I_0}$$

Onde:

a) **para o primeiro reajuste:**

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

b) **para os reajustes subsequentes:**

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

**12.7.2** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

**12.7.3** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá à preclusão do direito.

**12.7.4** A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

## **12.8 Do reequilíbrio econômico-financeiro**

**12.8.1.** Os valores descritos poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

**12.8.2** A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

**12.9** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

**12.10** Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as sanções de que tratam os artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, além da multa de 0,5% (meio por cento) sobre o valor da fatura, por dia em que, sem justa causa, a CONTRATADA não cumprir as obrigações assumidas ou cumpri-las em desacordo com o estabelecido neste Pregão Presencial, até o máximo de 10 (dez) dias corridos, quando, então incidirá em outras cominações legais.

**12.11** A vigência do presente contrato será de **06 (seis) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato.

**12.12** Demais obrigações constantes na Minuta de Contrato (ANEXO VIII), e outras, conforme legislação vigente.

## **13. DO PAGAMENTO**

**13.1** O pagamento será efetuado, após o atesto pelo fiscal do contrato e pela Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário na Nota Fiscal/Fatura, comprovando que o objeto foi efetivamente entregue, em consonância com o objeto do Edital, o qual deverá obedecer

aos termos do artigo 37, § 2º do Decreto 11/2015, bem como em conformidade com o Decreto Estadual nº 8.199/2006 e Decreto Estadual nº 7.217/2006.

**13.2** O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da CONTRATADA na data fixada de acordo com o artigo 37, § 2º do Decreto 11/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 7.217/2006.

**13.3** A licitante vencedora indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária:

**13.3.1** Caso constatado alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**13.4** Junto com as Notas Fiscais a licitante vencedora deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento.

**13.5** As comprovações de regularidade exigidas nos subitens acima poderão ser substituídas pela regularidade junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso.

**13.6** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da licitante vencedora.

**13.7** Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**13.8** As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de ESTADO DE MATO GROSSO, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo e deverão ser entregues na **Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário – SEMA/MT** para serem devidamente atestadas.

**13.9** O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao **serviço**, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

**13.10** A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

**13.11** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

#### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 c/c Artigo 138 do Decreto 7.217/2006 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93).

14.1 O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital sujeita a contratada a multas, consoante no *caput* e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na forma seguinte:

14.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

14.1.2 Quanto ao atraso na assinatura do contrato, retirada da ordem de serviço, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com os itens adquiridos, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da adjudicação:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

14.1.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Serviço, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura do mesmo, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades:

- a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;

c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2 Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a SEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

14.3 São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

14.3.1 Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

14.3.2 Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

14.3.3 Paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

14.3.4 Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

14.3.5 Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

14.3.6 Prestação de serviço de baixa qualidade;

14.4 A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no **item 14.1.3**.

14.5 A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.

14.6 A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação,

para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a SEMA proceder a cobrança judicial da multa.

**14.7** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SEMA.

**14.8** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

## 15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**15.1** As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Licitação, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçamentária: 27101  
Programa: 036  
Unidade Gestora: 02  
Projeto\ Atividade: 2005  
Região: 9900  
Medida: 01  
Tarefa: 01  
Fonte: 240  
Natureza da despesa: 339039

**15.2** As despesas decorrentes da prestação do serviço objeto desta Licitação, no exercício seguinte, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do mesmo.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**16.1** É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**16.2** A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

**16.2.1** A anulação do procedimento induz a do contrato.

**16.2.2** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**16.3** A licitante fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de acordo com o disposto no artigo 65, § 1º da lei nº 8.666/93.

**16.4** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIOAMBIENTE - SEMA/MT** não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.5** Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**16.6** Após apresentação da proposta, não caberá desistência, sujeitando-se as penalidades previstas no item **14.1** do presente edital, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

**16.7** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**16.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA/MT**.

**16.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

**16.10** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**16.11** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro.

**16.12** Qualquer pedido de esclarecimentos, em relação ao presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado Via Protocolo na SEMA, ou correios, via Sedex, endereçado a Comissão Técnica de Pregão da SEMA, **até 03 (três) dias** úteis antes da data da abertura do Pregão sob pena de não conhecimento.

**16.12.1** Os esclarecimentos estarão disponíveis aos interessados no site da SEMA/MT no endereço: [www.gestao.mt.gov.br](http://www.gestao.mt.gov.br) / Portal de Aquisições, sendo de responsabilidade de o

licitante estar atento aos mesmos e a quaisquer alterações no Edital, não podendo alegar disto desconhecimento.

**16.13** A homologação do resultado desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

**16.14** Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e do Decreto no 7.217/2006.

**16.15** Havendo alterações no instrumento convocatório, as mesmas serão aplicadas também às minutas de contrato.

**16.16** São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I – Formulário Padrão de Proposta.
- b) Anexo II – Carta de Credenciamento.
- c) Anexo III – Modelo de Declaração dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.
- d) Anexo IV - Modelo da Declaração de:
  - Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei nº 8.666/93.
  - Que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, de perigo ou insalubre, nem menor de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em conformidade a Lei Federal nº 9.854/02.
  - Que não possui em seu quadro servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).
- e) Anexo V – Declaração de Microempresa-ME, Empresa de Pequeno Porte-EPP e Sociedade Cooperativa.
- f) Anexo VI – Declaração Negativa de Inidoneidade para licitar com o poder público.
- g) Anexo VII – Termos de Referência nº. 32/2015 elaborado pelo setor demandante.
- h) Anexo VIII – Minuta de contrato;

Cuiabá, 10 de maio de 2016.

**Valdinei Valério da Silva**  
**Ordenador de despesas**  
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica  
SEMA/MT



**ANEXO I**

**FORMULÁRIO PADRÃO DE PROPOSTA**

Pregão nº. 000/2016 DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ÀS \_\_\_\_:\_\_\_\_ HORAS.

Razão Social: \_\_\_\_\_ CNPJ nº: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

**LOTE ÚNICO**

Preenchimento para todos licitantes						Preenchimento para licitantes que se enquadrem no Convênio ICMS 73/2004				
ITEM (01)	ESPECIFICAÇÃO OBJETO (02)	MARCA/ MODELO (03)	QUANT (04)	VALOR UNIT. (COM TODOS OS TRIBUTOS) (05)	VALOR TOTAL (COM TODOS OS TRIBUTOS) (06)	ALÍQUOTA DO ICMS (%) (07)	VALOR UNIT. (SEM ICMS ) (08)	DESCONTO UNIT. (09)	VALOR TOTAL (SEM ICMS ) (10)	DESCONTO TOTAL (11)
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, COM A IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, E DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, COM A PINTURA EM SOLO DE SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO, CONFORME NORMAS DO DENATRAN, NA ÁREA DE PÁTIO DE ESTACIONAMENTO, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS		01							



À EXECUÇÃO DO SERVIÇO. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. SERVIÇO.										
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Especificações técnicas do bem e/ou descrição detalhada do serviço:

SINALIZAÇÃO VERTICAL		
Placas para Estacionamentos exclusivos 50 cm x 70 cm		
CONFEÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO Nº18, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO, adesivada com película recortada 100% refletiva, a serem implantadas com poste de madeira de 3,50 m de altura, em locais previamente determinados.		
Descrição	Unidade	QTDD
Exclusivo Motos	UN	2
Exclusivo PNE com pictograma e Decreto Lei	UN	8
Exclusivo Idoso com pictograma e Decreto lei	UN	21
Exclusivo Secretário de Estado de Meio Ambiente	UN	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Administração Sistêmica	UN	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Gestão Ambiental	UN	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental	UN	1
Exclusivo Superintendente de Relacionamento e Atendimento	UN	1
Exclusivo Superintendente de Normas, Procedimentos Administrativos e Autos de Infração	UN	1
Exclusivo Superintendente de Regulação e Monitoramento Ambiental	UN	1
Exclusivo Superintendente de Mudanças Climáticas e Biodiversidade	UN	1
Exclusivo Superintendente de Fiscalização	UN	1
Exclusivo Superintendente de Educação Ambiental	UN	1
Exclusivo Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços	UN	1
Exclusivo Superintendente Recursos Hídricos	UN	1
Exclusivo Superintendente de Gestão Florestal	UN	1
Exclusivo P/ GTRAN-SEMA	UN	3

CONFEÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO Nº18, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO, adesivada com película recortada 100% refletiva, a serem implantadas com poste de madeira de 3,50 m de altura, em locais previamente determinados.		
Descrição	Unidade	Qtdd
Pare - 0,60 cm x 0,60 cm - R-1	UN	3
Dê a Preferência - 0,90 cm x 0,90 cm	UN	1
Velocidade Máxima 20 km/h - Ø 0,60 de diâmetro - R-19	UN	12
Proibido Estacionar - Ø 0,60 de diâmetro - R-6a	UN	6

Proibido parar e estacionar - Ø 0,60 de diâmetro - R-6b	UN	11
Passagem sinalizada de pedestres - 0,60 cm x 0,60 cm- A-32b	UN	10
Siga em frente - Ø 0,60 de diâmetro - R-26	UN	1
Estacionamento Exclusivo para servidores da SEMA	UN	1
Proibido o Trânsito de Pedestres R-29	UN	2

**SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**

**DEMARCAÇÃO DE FAIXAS COM PINTURA MANUAL**, com tinta à base de resina acrílica ME 360.00, padrão DNIT e aplicação de micro esferas de vidro de lata refletância e uso conforme especificação técnica do produto.

Descrição	Unidade	Qtdd
Pintura de vagas para veículos - em amarelo	m <sup>2</sup>	193,00
Pintura vagas para Motos - em amarelo	m <sup>2</sup>	5,00
Pintura de faixa de pedestre com retenção - em branco	m <sup>2</sup>	48,00
Pintura legenda PARE com retenção - em branco	m <sup>2</sup>	20,00
Pintura faixa de aproximação - em amarelo	m <sup>2</sup>	8,00
Pintura legenda Dê a Preferência - Branco /vermelho	m <sup>2</sup>	4,50
Pintura de setas - em branco	m <sup>2</sup>	82,50
Pintura Eixo Divisor de Fluxo Contínuo e intercalado - em amarelo	m <sup>2</sup>	27,00
Pintura de zebrado do PNE - em amarelo	m <sup>2</sup>	12,00
Pintura gabarito PNE - em azul/Branco	UN	8,00
Pintura legenda IDOSO - em branco	m <sup>2</sup>	21,00
Pintura Meio Fio - em amarelo/branco	m <sup>2</sup>	288,00

O licitante que for beneficiado pela Isenção do ICMS, conforme Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso editado em conformidade com o Convênio ICMS nº 73/04, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária DEVERÁ considerar no preço proposto o desconto equivalente ao imposto dispensado, conforme modelo constante na PROPOSTA DE PREÇOS;

O Regulamento do ICMS do Estado de Mato Grosso encontra-se disponível no "site" da SEFAZ: [www.sefaz.mt.gov.br](http://www.sefaz.mt.gov.br) - Portal da Legislação SEFAZ.

Em caso de dúvidas ou para fins de esclarecimentos relativos aos procedimentos necessários para obtenção dos créditos decorrentes do **Convênio ICMS nº 73/04** o licitante deverá entrar em contato no Plantão Fiscal da SEFAZ pelo telefone (65) 3617-2700.

Validade da Proposta: \_\_\_\_\_

Local e Data: \_\_\_\_\_

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



**ANEXO II**

**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

*(Papel timbrado da empresa)*

À  
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - SEMA  
REF: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL  
Nº. 000/2016/SEMA/MT - TIPO MENOR PREÇO LOTE ÚNICO.

Indicamos o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador (a)  
da cédula de identidade nº. \_\_\_\_\_, órgão expedidor  
\_\_\_\_\_, como nosso (a) representante legal na Licitação em referência,  
podendo rubricar a documentação de **HABILITAÇÃO** e das **PROPOSTAS**, dar lances,  
manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos,  
desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel  
cumprimento do presente Credenciamento.

Atenciosamente,

Local e data,

(nome e função na empresa)

\*Reconhecer em Cartório



**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

Declaramos, para todos os efeitos legais, que atendemos plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Nº **000/2016/SEMA/MT**, sob pena das sanções cabíveis. (No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, requereu o benefício nos termos da LC nº 123/2006, e que possua alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, assinale a ressalva abaixo):

( ) Declaro possuir restrição, como ressalva na supracitada declaração.

Local e data

\_\_\_\_\_  
(Assinatura e identificação do responsável pela empresa)



**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

*(Papel timbrado da empresa)*

Ref.: Edital de Pregão Presencial nº 000/2016 – SEMA/MT

(Nome da Empresa) \_\_\_\_\_, CNPJ N° \_\_\_\_\_, sediada na Rua \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_, bairro, \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ Município, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão 000/2016/SEMA, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui existência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, salvo se declarado;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigosos ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8.666/93, com redação determinada pela Lei nº 9.854/99;
- Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90).

(Local e Data)

(Nome e assinatura do representante legal e carimbo de CNPJ da empresa)



**ANEXO V**

**MODELO DE REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO DE ME/EPP/COOP.**

REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar nº 123/2006) e SOCIEDADES COOPERATIVAS

Solicitamos na condição de MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE/SOCIEDADES COOPERATIVAS, que na participação no PREGÃO Nº 000/2016/SEMA/MT, seja dado o tratamento diferenciado concedido nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Declaramos que não existe qualquer impedimento entre os previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Como prova da referida condição, apresentamos o seguinte documento anexo (assinalar o documento que apresentou junto com o requerimento):

( ) Comprovante de opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal ([www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));

( ) CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

( ) Declaração do último Imposto de Renda ou balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Local e Data

\_\_\_\_\_  
(Identificação e assinatura do Representante Legal)





**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA  
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO**

(Papel Timbrado da Empresa)

À  
A/C

**Assunto:** Declaração Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público.

Declaro, sob as penas da lei, para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_ não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 9.648/98.

(Data, Nome e assinatura do responsável legal pela empresa)



**ANEXO VII**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

<p><b>1. TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO nº 32/2015</b></p>					<p>Gêr. Protocolo Fls. nº 01 S. M. A.</p>																									
<p><b>2. Dados do Projeto/Convênio/Contrato de Repasse: (Preencher somente em caso de Projetos)</b></p> <p>2.1 Nome do Projeto: 2.2 Número do Convênio: 2.3 Meta / Etapa: 2.4 Número do Contrato de Repasse: 2.5 Componente / Subcomponente:</p>																														
<p><b>3. Unidade Orçamentária:</b></p> <p>3.1 Programa: 036 3.2 Unidade Gestora: 002 3.3 Região: 9900 3.4 Medida: I 3.5 Tarefa: I</p>		<p><b>4. Classificação da Despesa:</b></p> <p>( ) Materiais Permanentes ( ) Materiais de Consumo ou Expediente (X) Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ( ) Serviços de Terceiros Pessoa Física ( ) Obras ( ) Reformas ( ) Outros</p>																												
<p><b>5. Unidade Demandante do TR:</b> Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário - GAPI</p>		<p><b>6. Unidade Solicitante / Recebedora:</b> Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário - GAPI</p>		<p><b>7. Fiscal do Contrato:</b> 7.1 Fiscal Titular: José Carlos de Oliveira Guimarães 7.2 Fiscal Substituto: Eliane Antonia N. Diniz</p>																										
<p><b>8. Projeto/Atividade, Fonte, Elemento de Despesa e Subelemento, Valor Estimado:</b></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Projeto/Atividade</th> <th>Fonte</th> <th>Região</th> <th>Elemento e Subelemento de Despesas</th> <th>Valor (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2005</td> <td>240</td> <td>9900</td> <td>33903969</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Custo Estimado 2014</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Custo Estimado 2015</b></td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="4"><b>Custo Estimado Total</b></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						Projeto/Atividade	Fonte	Região	Elemento e Subelemento de Despesas	Valor (R\$)	2005	240	9900	33903969		<b>Custo Estimado 2014</b>					<b>Custo Estimado 2015</b>					<b>Custo Estimado Total</b>				
Projeto/Atividade	Fonte	Região	Elemento e Subelemento de Despesas	Valor (R\$)																										
2005	240	9900	33903969																											
<b>Custo Estimado 2014</b>																														
<b>Custo Estimado 2015</b>																														
<b>Custo Estimado Total</b>																														
<p><b>8.1 Origem do recurso: (Preencher somente em caso de Projetos)</b></p> <p>( ) Recurso de Repasse ( ) Recurso de Contrapartida ( ) Recurso de Rendimento de Aplicação</p>																														
<p><b>9. Objeto Sintético:</b> Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sinalização vertical, com a implantação de placas de sinalização, e de sinalização horizontal, com a pintura em solo de símbolos de orientação conforme normas do DENATRAN, na área do pátio de estacionamento da sede da SEMA/MT, com o fornecimento de mão de obra, materiais e insumos necessários e adequados à execução do serviço.</p>																														
<p><b>10. Planilha Descritiva do Objeto:</b> 10.1 Os campos abaixo serão preenchidos SOMENTE em caso de Prestação de SERVIÇOS:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>ITEM</th> <th>ESPECIFICAÇÃO DO ITEM</th> <th>UNID. DE MEDIDA</th> <th>COD. SIA G</th> <th>LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO</th> <th>QTD D SERV V</th> <th>VALOR UNIT</th> <th>VALOR TOTAL MENSAL</th> <th>QTD D MES ES</th> <th>CUSTO MAXIMO TOTAL DO SERVICO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>01</td> <td>Contratação de empresa</td> <td></td> <td>A cada</td> <td>Cuiabá</td> <td>01</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>						ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	COD. SIA G	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	QTD D SERV V	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTD D MES ES	CUSTO MAXIMO TOTAL DO SERVICO	01	Contratação de empresa		A cada	Cuiabá	01									
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	UNID. DE MEDIDA	COD. SIA G	LOCAL PRESTAÇÃO SERVIÇO	QTD D SERV V	VALOR UNIT	VALOR TOTAL MENSAL	QTD D MES ES	CUSTO MAXIMO TOTAL DO SERVICO																					
01	Contratação de empresa		A cada	Cuiabá	01																									



cronograma)

**15.2 Período de atendimento: (vigência do contrato)**

- ( ) 12 meses, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.  
( ) Conforme cronograma de execução, a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.  
(x) Outro: 90 (Noventa) dias a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial.

**15.3 Prazo de Entrega do bem ou serviço:**

- (x) Parcela Única (Em até 30 dias contados a partir do recebimento de ordem de fornecimento).  
( ) Sob demanda, a partir do recebimento da ordem de fornecimento.  
( ) Mensal, a partir do recebimento da ordem de fornecimento.  
( ) Outro prazo: Até \_\_\_\_ dias, contados a partir do recebimento de ordem de fornecimento.

**15.4 Condições para recebimento:**

( ) **Provisório:** Após a entrega do produto e ou serviço, a unidade responsável terá até \_\_\_\_ dias úteis para dar conformidade ou solicitar as substituições necessárias. Caso a conformidade não puder ocorrer dentro do prazo fixado, o demandante deverá comunicar formalmente ao fornecedor a prorrogação do prazo até o penúltimo dia do prazo estabelecido.

(x) **Definitivo:** Quando verificado que o objeto está em conformidade com as especificações constantes na proposta.

15.4.1 Se a qualidade ou características do material / serviço entregue não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as substituições deverão ser feitas, no prazo máximo de até **10 (Dez) dias úteis**, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

**15.5 Previsão de desembolso financeiro:**

CRONOGRAMA FINANCEIRO		
Previsão mensal de realização de despesas e de desembolso financeiro		
Mês da realização da despesa	Mês do desembolso financeiro	Valor (R\$)
Julho/2015	Agosto/2015	
TOTAL		

**16. Local e Endereço de entrega do bem / realização do serviço:**

- ( ) Gerência de Almoxarifado  
( ) Gerência de Patrimônio  
(X) Outro / Especificar: Área do pátio da SEMA/MT (SEDE Cuiabá) sob acompanhamento da Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário - GAPI

**17. Condições e forma de pagamento:**

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, conforme for ocorrendo a execução do serviço, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente no valor correspondente e apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato e pela Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário, devendo, ainda, estar acompanhada dos documentos de regularidade fiscal exigidos legalmente, obedecendo aos prazos estabelecidos em lei e decretos vigentes.

**18. Requisitos para apresentação da proposta:**

**18.1 Conhecimento Prévio do objeto:**

**18.1.1 Necessita de vistoria?**

- (x) Sim  
( ) Não

Ger. Protocolo  
Fls. 03  
K

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



**18.1.2 Descrição dos detalhes da vistoria:**

**18.1.2.1 Como será realizada a vistoria (local etc)?**

Antes de apresentar sua proposta a licitante deverá analisar todos os documentos do edital, sendo recomendada a visita e vistoria aos locais de execução do serviço. Executando todos os levantamentos necessários para não incorrer em omissões as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preço.

A visita tem como objetivo a análise dos locais onde serão prestados os serviços para conhecimento de peculiaridades que possam vir a influenciar nos preços ofertados pelas licitantes.

**18.1.2.2 Em até quantos dias antes da data da licitação a vistoria deverá ser feita?**  
Até dois dias antes da licitação.

**18.1.2.3 Qual profissional da SEMA acompanhará a vistoria?**  
Técnicos lotados na Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário (GAPI)

**18.1.2.4 Necessita de agendamento?**  
( x ) Sim  
( ) Não

Se sim, informar onde, com quem, telefone, setor: Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário (GAPI), (65) 3613 7260 Murilo.

**18.2 Perfil do Profissional a ser contratado:**

**18.3 Materiais informativos a serem apresentados pela empresa:**

( ) Folders / Catálogos / Portfólio  
( x ) Outro / Especificar - A empresa deverá comprovar por meio de atestados de capacidade técnica já ter executado serviço similar em condições e características.

**18.4 Plano de Trabalho/Projeto Básico:**

**18.4.1 Metodologia de acompanhamento – Etapas detalhadas das ações (pelo demandante):**

O serviço será auferido (pintura no solo – sinalização horizontal) e será procedida a quantificação das placas de sinalização vertical ao fim das obras, conforme planta baixa do projeto de sinalização do estacionamento.

**18.4.2 Descrição do Projeto:**

**18.4.3 Gerência das atividades (pela empresa contratada):**

A empresa contratada deverá manter registro de todas as atividades desenvolvidas, incluindo documentação fotográfica em especial antes e após as intervenções realizadas. Também deverá haver um diário de obras a ser preenchido diariamente para que controle e documentação dos acontecimentos nos canteiros de obras de forma a garantir à Administração pesquisar e levantar fatos relevantes relacionados ao objeto de trabalho.

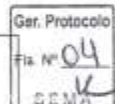
**18.5 Obrigações das partes:**

**18.5.1 Da Contratante:**

I. O CONTRATANTE deverá exercer a fiscalização dos serviços, por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, bem como:

II. Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades e informações necessárias à boa execução do contrato, inclusive destinar, se for o caso, local para que o representante da CONTRATADA possa executar o controle dos serviços e de seu pessoal;

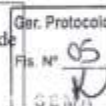
III. Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como as falhas detectadas na execução do contrato;







- IV. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- V. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;
- VI. Aplicar, quando for o caso, à CONTRATADA, as sanções regulamentares e contratuais;
- VII. Permitir o acesso à CONTRATADA para o cumprimento de suas obrigações;
- VIII. Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato;
- IX. Efetuar em dia o pagamento à Contratada, pelos serviços prestados;
- X. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa CONTRATADA, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela SEMA.



#### 18.5.2 Da Contratada:

- I. A CONTRATADA não poderá subcontratar, sub empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado. No caso de fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora da licitação, a SEMA deverá ser comunicada por escrito sobre estas mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos a execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e a manutenção das condições estabelecidas no contrato original;
- II. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento;
- III. A CONTRATADA fica obrigada a elaborar Folha de Pagamento e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, distintas e exclusivas para os seus empregados cuja mão de obra será cedida ao CONTRATANTE para execução dos serviços objeto do Contrato, na forma da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1.991 e alterações posteriores, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007, Decreto nº 6.722 de 30 de dezembro de 2008 e alterações e IN/SRP nº 03, de 14.07.2005 ou outra norma que a substitua.
- IV. Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciará para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas do CONTRATANTE;
- V. A CONTRATADA é responsável pela formação e reciclagem dos seus empregados, utilizados na execução dos serviços, em conformidade com as normas que regulam as atividades, devendo quando requerido pelo CONTRATANTE apresentar a comprovação de habilitação dos empregados.
- VI. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;
- VII. Caso a CONTRATADA tenha que desfazer ou refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;
- VIII. Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços objeto deste Termo de Referência, nas dependências do CONTRATANTE;
- IX. Responsabilizar-se-á pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços estipulados no Contrato;
- X. Executar o objeto de acordo as exigências do Edital da Licitação e seus Anexos, agindo de boa-fé







serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

XXII. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Termo de Referência;

XXIII. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

XXIV. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

XXV. Nas situações caracterizadas como níveis de anormalidades de emergência, a CONTRATADA deverá, com a maior brevidade possível, mobilizar técnicos, peças ou equipamentos de reposição necessários à solução do problema;

XXVI. Eximir-se de divulgar e fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, bem como utilizar o nome da SEMA para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, sem autorização prévia da SEMA;

XXVII. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

XXVIII. Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação, contendo foto recente, quando da execução dos serviços nas dependências do CONTRATANTE;

XXIX. Efetuar a imediata substituição de qualquer empregado que, a critério da SEMA, não esteja habilitado para a prestação dos serviços;

XXX. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências profissionais, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

XXXI. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela SEMA;

XXXII. Designar um preposto, aceito pela SEMA, que supervisionará a execução dos serviços e a representará perante o CONTRATANTE;

XXXIII. A Contratada deverá manter um encarregado geral que ficará de plantão, no horário normal de expediente, em local determinado pelo Contratante, devendo obrigatoriamente fazer uso de telefone celular fornecido pela CONTRATADA, para agilizar as solicitações de serviços. O encarregado geral, o responsável técnico e o diretor técnico/comercial devem informar endereços eletrônico.

XXXIV. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

XXXV. Identificar todos os equipamentos de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da SEMA;

XXXVI. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços; Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela SEMA;

XXXVII. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus

Ger. Protocolo

Fis. Nº 07

2

MT/2017/11



empregados, acidentados ou com mal súbito;

XXXVIII. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da SEMA; Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da SEMA;

XXXIX. Executar os serviços, sempre que possível, em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE;

XL. Fornecer a todos os seus funcionários designados para execução dos serviços nas dependências do CONTRATANTE, todo e qualquer equipamento de segurança (Equipamento de Proteção Individual) e higiene do trabalho, necessários aos mesmos, devendo também apresentar, sempre que necessário e/ou solicitado pela SEMA,

XLI. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização de substâncias potencialmente tóxico-poluente; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

XLII. Apresentar, no prazo de até 02 (dois) dias contados da assinatura do contrato, planilha contendo as seguintes informações acerca dos seus funcionários que irão executar os trabalhos nas dependências da SEMA contendo: nome completo, RG, CPF e a função a ser exercida.

XLIII. Eximir-se de contratar e/ou aproveitar servidores da SEMA para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;

XLIV. Arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da Contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008);

XLV. Dispor, sem ônus para o CONTRATANTE, de todos os materiais necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;

XLVI. Zelar pela descrição, integridade e sigilo durante a execução dos serviços;

XLVII. A empresa cumprirá todas as normas estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes, em especial a Norma Regulamentadora Número 6, do Ministério do Trabalho, atentando para o disposto no Subitem 6.5, quanto à recomendação do EPI adequado ao risco existente em cada atividade envolvida na execução do contrato.

XLVIII. A empresa contratada será responsável por fornecer o material conforme especificação técnica constantes neste termo de referência mais especificamente no anexo I.

**19. Das Garantias (legal ou contratual):**

A Contratada deverá garantir seus serviços e produtos por um período mínimo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento pleno por parte da Administração dos serviços constantes neste Termo de Referência.

**20. Das Sanções Administrativas:**

Conforme legislação vigente.

**21. Legislação aplicada ao objeto / Parecer específico se houver:**

A CONTRATADA será responsável pela observância das Leis, Decretos, Portarias, Normas Federais, Regulamentos, Resoluções e Instruções Normativas aprovadas pelos órgãos competentes, inclusive do CONTRATANTE, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por seus fornecedores, se houver, durante a execução dos serviços contratados.

Ger. Protocolo  
Fls. Nº 08  
CUIABÁ - MT  
20/04/2014



**22. Considerações (se houver):**

O serviço deverá ser executado conforme a planta em anexo com o respectivo lay out de disposição.



Cuiabá/MT, 24 de Abril de 2014.

<p><i>Murilo M. Covezzi</i> <b>Murilo Morgandi Covezzi</b> Responsável pela elaboração do TR Data: <u>27/04/2015</u>.</p>	<p><i>Murilo M. Covezzi</i> <b>Murilo Morgandi Covezzi</b> Responsável pela Especificação Técnica Data: <u>27/04/2015</u>.</p>										
<p><i>Murilo M. Covezzi</i> <b>Murilo Morgandi Covezzi</b> Gerente da unidade Data: <u>27/04/2015</u>.</p>	<p><i>Hermes Fernandes Rodrigues</i> <b>Hermes Fernandes Rodrigues</b> Coordenadoria/Superintendência Data: <u>28/04/2015</u>.</p>										
<p>Atestamos:</p> <table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Não Possui Orçamentário</td> </tr> </table> <p><i>Jaqueline Maria Cavalcanti</i> Analista de Meio Ambiente Coordenadoria Técnica - MT Técnico COR Data: <u>08/05/2015</u>.</p> <p>Gerência de Execução Orçamentária Data: <u>08/05/2015</u>.</p> <p><i>Jaqueline Maria Cavalcanti</i> Coordenadoria de Orçamento Data: <u>08/05/2015</u>.</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação	<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário	<p>Atestamos:</p> <table border="1"> <tr> <td><input checked="" type="checkbox"/></td> <td>Existência de Saldo Financeiro</td> </tr> <tr> <td><input type="checkbox"/></td> <td>Inexistência de Saldo Financeiro</td> </tr> </table> <p>Coordenadoria Financeira Data: <u>08/05/2015</u>.</p> <p><i>Francis</i> Agente Financeiro - Jure de Santana Análise Administrativa - Contadora Coordenadoria Financeira SAGS / SEMA/MT</p> <p><i>Benedicta Maria Guarin Strobel</i> Secretária Adjunta de Gestão Sistema - SAGS / SEMA 08/05/15</p>	<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro	<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Orçamentário no PTA/LOA										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Orçamentário, mas possui suplementação										
<input type="checkbox"/>	Não Possui Orçamentário										
<input checked="" type="checkbox"/>	Existência de Saldo Financeiro										
<input type="checkbox"/>	Inexistência de Saldo Financeiro										



Ger. Protocolo
Fis. Nº <u>10</u>
SEMA

<input checked="" type="checkbox"/>	Autorizo realizar os procedimentos legais para a aquisição de bens e/ou contratação dos serviços constantes neste TR.
<input type="checkbox"/>	Não autorizado
<input type="checkbox"/>	Aguarde

Ordenador de Despesa  
Data: 08 / 05 / 2015.

Ramal do responsável pela elaboração do TR: 37260 - Murilo M. Covezzi / José Carlos da Silva Guimarães / Eliane Antonia Nadaf Diniz.





Anexo I

MEMORIAL DESCRITIVO/MEMÓRIA DE CÁLCULO / OUTROS

**SINALIZAÇÃO VERTICAL**

Placas para Estacionamentos exclusivos 50 cm x 70 cm

CONFEÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO Nº18, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO, adesivada com película recortada 100% refletiva, a serem implantadas com poste de madeira de 3,50 m de altura, em locais previamente determinados.

Descrição	Unidade	Quantidades
Exclusivo Motos	Und.	2
Exclusivo PNE com pictograma e Decreto Lei	Und.	8
Exclusivo Idoso com pictograma e Decreto lei	Und.	21
Exclusivo Secretário de Estado de Meio Ambiente	Und.	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Qualidade Ambiental	Und.	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Mudanças Climáticas	Und.	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Base Florestal	Und.	1
Exclusivo Secretário Adjunto Executivo	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Relacionamento e Atendimento ao Cidadão	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Normas de Meio Ambiente	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Recursos Hídricos	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Fiscalização	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Mudanças Climáticas e Biodiversidade	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Educação Ambiental	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Geoinformação e Monitoramento Ambiental	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Regularização Fundiária	Und.	1
Exclusivo Superintendente de Base Florestal	Und.	1
Exclusivo P/ GTRAN-SEMA	Und.	3



CONFEÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO Nº18, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO, adesivada com película recortada 100% refletiva, a serem implantadas com poste de madeira de 3,50 m de altura, em locais previamente determinados.

Descrição	Unidade	Quantidades
Pare - 0,60 cm x 0,60 cm - R-1	Und.	3
Dê a Preferência - 0,90 cm x 0,90 cm	Und.	1
Velocidade Máxima 20 km/h - Ø 0,60 de diâmetro - R-19	Und.	12
Proibido Estacionar - Ø 0,60 de diâmetro - R-6a	Und.	6
Proibido parar e estacionar - Ø 0,60 de diâmetro - R-6b	Und.	11
Passagem sinalizada de pedestres - 0,60 cm x 0,60 cm - A-32b	Und.	10
Siga em frente - Ø 0,60 de diâmetro - R-26	Und.	1
Estacionamento Exclusivo para servidores da SEMA	Und.	1
Proibido o Trânsito de Pedestres R-29	Und.	2





### SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

DEMARCAÇÃO DE FAIXAS COM PINTURA MANUAL, com tinta à base de resina acrílica ME 360.00, padrão DNIT e aplicação de micro esferas de vidro de lata refletância e uso conforme especificação técnica do produto.

Descrição	Unidade	Quantidades
Pintura de vagas para veículos - em amarelo	m <sup>2</sup>	193,00
Pintura vagas para Motos - em amarelo	m <sup>2</sup>	5,00
Pintura de faixa de pedestre com retenção - em branco	m <sup>2</sup>	48,00
Pintura legenda PARE com retenção - em branco	m <sup>2</sup>	20,00
Pintura faixa de aproximação - em amarelo	m <sup>2</sup>	8,00
Pintura legenda Dê a Preferência - Branco /vermelho	m <sup>2</sup>	4,50
Pintura de setas - em branco	m <sup>2</sup>	82,50
Pintura Eixo Divisor de Fluxo Contínuo e intercalado - em amarelo	m <sup>2</sup>	27,00
Pintura de zebra do PNE - em amarelo	m <sup>2</sup>	12,00
Pintura gabarito PNE - em azul/branco	Und.	8,00
Pintura legenda IDOSO - em branco	m <sup>2</sup>	21,00
Pintura Meio Fio - em amarelo/branco	m <sup>2</sup>	288,00

## PLANTA







Secretário de Estado de Meio Ambiente  
Secretário Adjunto de Administração Sistêmica  
Secretário Adjunto de Gestão Ambiental  
Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental  
Superintendência de Relacionamento e Atendimento  
Superintendência de Normas, Procedimentos Administrativos e Autos de Infração  
Superintendência de Regulação e Monitoramento Ambiental  
Superintendência de Mudanças Climáticas e Biodiversidade  
Superintendência de Fiscalização  
Superintendência de Educação Ambiental  
Superintendência de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços  
Superintendência de Recursos Hídricos  
Superintendência de Gestão Florestal



**ANEXO VIII**

**MINUTA DE CONTRATO**

*TERMO DE CONTRATO Nº. \_\_\_\_/2016/SEMA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE  
ESTADO DE MEIO AMBIENTE E A EMPRESA*

O ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE – SEMA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.507.415/0023-50, criada pela Lei Complementar n.º 214, de 23 de junho de 2005, alterada pela Lei Complementar n.º 566, de 20 de maio de 2015, com sede na Rua C, esquina com a Rua F, Palácio Paiaguás, Centro Político Administrativo - CPA, nesta Capital, neste ato representada pela Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, portadora do RG n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, nomeada pelo Ato Governamental n.º \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, doravante denominada apenas **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ: \_\_\_\_\_, localizada a \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, representada pelo(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do RG: \_\_\_\_\_ e do CPF: \_\_\_\_\_, aqui denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, em conformidade com o **Processo n.º 199058/2015/SEMA**, com o **Pregão Presencial n.º \_\_\_\_/2016/SEMA/MT**, sujeitando-se aos termos da Lei n.º 8.666/93, Lei n.º 10.520/02, Lei Estadual n.º 7.696/02 e Decreto Estadual n.º 7.217/2006, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente termo de contrato tem por objeto **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, COM A IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, E DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, COM A PINTURA EM SOLO DE SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO CONFORME NORMAS DO DENATRAN, NA ÁREA DO PÁTIO DE ESTACIONAMENTO DA SEDE DA SEMA/MT, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO**, para atender a **CONTRATANTE**, conforme condições e especificações constantes no **Edital de Pregão Presencial n.º \_\_\_\_/2016/SEMA/MT e seus anexos**, no Termo de Referência n.º 32/2015, que fazem parte integrante deste, bem como nas cláusulas deste instrumento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇO**

2.1. O preço para o objeto contratado é o constante da proposta apresentada no **Pregão Presencial n.º \_\_\_\_/2016/SMA/MT**, conforme discriminação abaixo:

LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE SINALIZAÇÃO VERTICAL, COM A IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO, E DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL, COM A PINTURA EM SOLO DE SÍMBOLOS DE ORIENTAÇÃO, CONFORME NORMAS DO DENATRAN, NA ÁREA DE PÁTIO DE ESTACIONAMENTO, COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, MATERIAIS E INSUMOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DO SERVIÇO. CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS. SERVIÇO.	01	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL:				R\$ _____

## 2.2 Especificações técnicas:

SINALIZAÇÃO VERTICAL		
Placas para Estacionamentos exclusivos 50 cm x 70 cm		
CONFEÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO Nº18, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO, adesivada com película recortada 100% refletiva, a serem implantadas com poste de madeira de 3,50 m de altura, em locais previamente determinados.		
Descrição	Unidade	QTDD
Exclusivo Motos	UN	2
Exclusivo PNE com pictograma e Decreto Lei	UN	8
Exclusivo Idoso com pictograma e Decreto lei	UN	21
Exclusivo Secretário de Estado de Meio Ambiente	UN	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Administração Sistêmica	UN	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Gestão Ambiental	UN	1
Exclusivo Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental	UN	1
Exclusivo Superintendente de Relacionamento e Atendimento	UN	1
Exclusivo Superintendente de Normas, Procedimentos Administrativos e Autos de Infração	UN	1
Exclusivo Superintendente de Regulação e Monitoramento Ambiental	UN	1
Exclusivo Superintendente de Mudanças Climáticas e	UN	1



Biodiversidade		
Exclusivo Superintendente de Fiscalização	UN	1
Exclusivo Superintendente de Educação Ambiental	UN	1
Exclusivo Superintendente de Infraestrutura, Mineração, Indústria e Serviços	UN	1
Exclusivo Superintendente Recursos Hídricos	UN	1
Exclusivo Superintendente de Gestão Florestal	UN	1
Exclusivo P/ GTRAN-SEMA	UN	3

**CONFECÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO EM CHAPA DE AÇO Nº18, COM TRATAMENTO ANTI FERRUGINOSO**, adesivada com película recortada 100% refletiva, a serem implantadas com poste de madeira de 3,50 m de altura, em locais previamente determinados.

Descrição	Unidade	Qtdd
Pare - 0,60 cm x 0,60 cm - R-1	UN	3
Dê a Preferência - 0,90 cm x 0,90 cm	UN	1
Velocidade Máxima 20 km/h - Ø 0,60 de diâmetro - R-19	UN	12
Proibido Estacionar - Ø 0,60 de diâmetro - R-6a	UN	6
Proibido parar e estacionar - Ø 0,60 de diâmetro - R-6b	UN	11
Passagem sinalizada de pedestres - 0,60 cm x 0,60 cm- A-32b	UN	10
Siga em frente - Ø 0,60 de diâmetro - R-26	UN	1
Estacionamento Exclusivo para servidores da SEMA	UN	1
Proibido o Trânsito de Pedestres R-29	UN	2

#### SINALIZAÇÃO HORIZONTAL

**DEMARCAÇÃO DE FAIXAS COM PINTURA MANUAL**, com tinta à base de resina acrílica ME 360.00, padrão DNIT e aplicação de micro esferas de vidro de lata refletância e uso conforme especificação técnica do produto.

Descrição	Unidade	Qtdd
Pintura de vagas para veículos - em amarelo	m <sup>2</sup>	193,00
Pintura vagas para Motos - em amarelo	m <sup>2</sup>	5,00
Pintura de faixa de pedestre com retenção - em branco	m <sup>2</sup>	48,00
Pintura legenda PARE com retenção - em branco	m <sup>2</sup>	20,00
Pintura faixa de aproximação - em amarelo	m <sup>2</sup>	8,00
Pintura legenda Dê a Preferência - Branco /vermelho	m <sup>2</sup>	4,50
Pintura de setas - em branco	m <sup>2</sup>	82,50
Pintura Eixo Divisor de Fluxo Contínuo e intercalado - em amarelo	m <sup>2</sup>	27,00
Pintura de zebrado do PNE - em amarelo	m <sup>2</sup>	12,00
Pintura gabarito PNE - em azul/Branco	UN	8,00
Pintura legenda IDOSO - em branco	m <sup>2</sup>	21,00

Pintura Meio Fio - em amarelo/branco	m <sup>2</sup>	288,00
--------------------------------------	----------------	--------

2.3 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto ora contratado, o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), a serem pagos após o atesto pelo fiscal, mediante Ordem de Serviço emitida pela **Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário** da CONTRATANTE;

2.4 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1 O contrato poderá ser alterado nas hipóteses do art. 65 da Lei n. 8.666/1993:

3.1.1 Durante a vigência do contrato a CONTRATADA poderá solicitar o reajuste dos preços ou reequilíbrio econômico e financeiro para manter a equação econômico-financeira obtida na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

3.1.2 Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço, a requerimento da CONTRATADA e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada no certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

3.1.3 Para os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados no valor de mercado, após a análise contábil e jurídica e à autoridade competente da contratante a decisão sobre o pedido.

3.1.4 Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento ao contrato, e o reajuste mediante apostilamento.

#### 3.2 Do Reajuste

3.2.1 Os preços unitários dos serviços objeto deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, com base na seguinte fórmula:

$$R = \frac{(I - I_0) \times P}{I_0}$$

Onde:

a) para o primeiro reajuste:

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do reajuste;

I<sub>0</sub> = índice relativo ao mês da data limite para apresentação da proposta;

P = preço atual dos serviços;

**b) para os reajustes subsequentes:**

R = reajuste procurado;

I = índice relativo ao mês do novo reajuste;

Io = índice relativo ao mês do início dos efeitos financeiros do último reajuste efetuado;

P = preço dos serviços/produtos atualizado até o último reajuste efetuado.

**3.2.2** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

**3.2.3** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá à preclusão do direito.

**3.2.4** A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

### **3.3 Do reequilíbrio econômico-financeiro**

**3.3.1.** Os valores descritos na cláusula segunda poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

**a)** Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

**b)** Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

**3.3.2.** A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1.** Assinar o contrato no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento da convocação formal, bem como, retirar a Nota de Empenho, conforme o caso; caso a **CONTRATADA** seja uma empresa estrangeira, este prazo poderá ser adiado até 15 (quinze) dias;

**4.2** A CONTRATADA não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto contratado. No caso de fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora da licitação, a SEMA deverá ser comunicada por escrito sobre estas mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos à execução dos serviços, mantidas as condições de habilitação e a manutenção das condições estabelecidas no contrato original;

**4.3** Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do Contrato e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo CONTRATANTE, exceto com relação aos tributos e contribuições que serão recolhidos pelo CONTRATANTE no ato do pagamento;

**4.4** A CONTRATADA fica obrigada a elaborar Folha de Pagamento e Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, distintas e exclusivas para os seus empregados cuja mão de obra será cedida ao CONTRATANTE para execução dos serviços objeto do Contrato, na forma da Lei nº 8.212, de 24 de junho de 1.991 e alterações posteriores, Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, Decreto nº 6.042 de 12 de fevereiro de 2007, Decreto nº 6.722 de 30 de dezembro de 2008 e alterações e IN/SRP nº 03, de 14.07.2005 ou outra norma que a substitua.

**4.5** Assumir a responsabilidade pelo bom desempenho de seu pessoal e providenciará para que todos os seus empregados, nos locais de trabalho, cumpram as normas internas do CONTRATANTE;

**4.6** A CONTRATADA é responsável pela formação e reciclagem dos seus empregados, utilizados na execução dos serviços, em conformidade com as normas que regulam as atividades, devendo quando requerido pelo CONTRATANTE apresentar a comprovação de habilitação dos empregados.

**4.7** Permitir ao fiscal do contrato da **CONTRATANTE** fiscalizar e acompanhar os serviços que estiverem sendo executados, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

**4.8** O fiscal do contrato da **CONTRATANTE** poderá sustar, recusar, mandar fazer, desfazer ou refazer, qualquer serviço ou fornecimento que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais, ou que atente contra a segurança de usuários e a terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do Contrato;

**4.9** Caso a CONTRATADA tenha que desfazer ou refazer qualquer serviço não executado a contento, correrão por sua conta as necessárias despesas;

**4.10** Assumir a responsabilidade integral e ilimitada pela vinculação trabalhista, exclusiva dos seus empregados, no desempenho dos serviços objeto deste Contrato, nas dependências do CONTRATANTE;

**4.11** Responsabilizar-se-á pelos prejuízos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou prepostos, durante a execução dos serviços estipulados no Contrato;

**4.12** Executar o objeto de acordo as exigências do Edital da Licitação e seus Anexos, agindo de boa-fé conforme exigência do Código Civil e adotar a melhor técnica utilizando materiais de primeira qualidade e cumprindo todas as normas técnicas;

**4.13** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as obrigações em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções apontadas pelo CONTRATANTE **no prazo máximo de 10 (dez) dias**, contados da comunicação formal da CONTRATADA, ou no prazo estabelecido pela fiscalização;

**4.14** Cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da execução do objeto ora contratado;

**4.15** Facilitar e permitir ao CONTRATANTE a qualquer momento, a realização de vistoria e acompanhamento do cumprimento do objeto do Contrato, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade da CONTRATADA, assegurado, a qualquer tempo, o direito à plena fiscalização dos serviços licitados, permitindo o livre o acesso dos fiscais a todo o local de execução dos serviços, a toda documentação correlata, permitir a retirada pelos fiscais de documentos para diligências, tudo independentemente de prévia comunicação à CONTRATADA;

**4.16** Responder por todo e qualquer dano que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, ainda que culposos, por ato praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, ainda que culposos, eximindo o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade, assegurando ao CONTRATANTE, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso, pela via administrativa, que após o devido processamento e garantido o direito de defesa, o prejuízo ensejará o desconto de valores devidos ou inscrição do débito em dívida ativa;

**4.17** Realizar suas atividades utilizando profissionais qualificados e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação pertinente aos serviços prestados e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista;

**4.18** Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital;

**4.19** Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço, arcar com todas as despesas decorrentes da contratação e, ainda, assumir a inteira responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vitimar seus empregados, quando em serviço, e por todos os direitos que as leis trabalhistas lhes assegurem;

**4.20** Arcar com os danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE e responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do CONTRATANTE, quando do cumprimento de suas obrigações;

**4.21** Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenção, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou

prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado;

**4.22** Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência administrativa necessária para assegurar andamento conveniente dos trabalhos;

**4.23** Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, garantindo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE; Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução do Contrato ou em conexão, com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

**4.24** Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionados à execução dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

**4.25** Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

**4.26** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

**4.27** Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**4.28** Nas situações caracterizadas como níveis de anormalidades de emergência, a CONTRATADA deverá, com a maior brevidade possível, mobilizar técnicos, peças ou equipamentos de reposição necessários à solução do problema;

**4.29** Eximir-se de divulgar e fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, bem como utilizar o nome da SEMA para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, sem autorização prévia da SEMA;

**4.30** Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação;

**4.31** Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação, contendo foto recente, quando da execução dos serviços nas dependências do CONTRATANTE;

**4.32** Efetuar a imediata substituição de qualquer empregado que, a critério da SEMA, não esteja habilitado para a prestação dos serviços;

**4.33** Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências profissionais, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;



**4.34** Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela SEMA;

**4.35** Designar um preposto, aceito pela SEMA, que supervisionará a execução dos serviços e a representará perante o CONTRATANTE;

**4.36** A Contratada deverá manter um encarregado geral que ficará de plantão, no horário normal de expediente, em local determinado pelo Contratante, devendo obrigatoriamente fazer uso de telefone celular fornecido pela CONTRATADA, para agilizar as solicitações de serviços. O encarregado geral, o responsável técnico e o diretor técnico/comercial devem informar endereços eletrônico.

**4.37** Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

**4.38** Identificar todos os equipamentos de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da SEMA;

**4.39** Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços; Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela SEMA;

**4.40** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

**4.41** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da SEMA; Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da SEMA;

**4.42** Executar os serviços sempre que possível, em horários que não interfiram com o bom andamento da rotina de funcionamento do CONTRATANTE;

**4.43** Fornecer a todos os seus funcionários designados para execução dos serviços nas dependências do CONTRATANTE, todo e qualquer equipamento de segurança (Equipamento de Proteção Individual) e higiene do trabalho, necessários aos mesmos, devendo também apresentar, sempre que necessário e/ou solicitado pela SEMA,

**4.44** Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: racionalização de substâncias potencialmente tóxico-poluentes; substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;



4.45 Apresentar, no prazo de até 02 (dois) dias contados da assinatura do contrato, planilha contendo as seguintes informações acerca dos seus funcionários que irão executar os trabalhos nas dependências da SEMA contendo: nome completo, RG, CPF e a função a ser exercida.

4.46 Eximir-se de contratar e/ou aproveitar servidores da SEMA para a execução dos serviços objeto deste Contrato;

4.47 Arcar com o ônus decorrente de equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da Contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 (art. 23, da IN 02/2008);

4.48 Dispor, sem ônus para o CONTRATANTE, de todos os materiais necessários à realização dos serviços objeto deste Termo de Referência;

4.49 Zelar pela descrição, integridade e sigilo durante a execução dos serviços;

4.50 A empresa cumprirá todas as normas estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes, em especial a Norma Regulamentadora Número 6, do Ministério do Trabalho, atentando para o disposto no Subitem 6.5, quanto à recomendação do EPI adequado ao risco existente em cada atividade envolvida na execução do contrato.

4.51 A empresa contratada será responsável por fornecer o material conforme especificação técnica constantes neste contrato mais especificamente no item 2.1.

4.52 A empresa contratada deverá manter registro de todas as atividades desenvolvidas, incluindo documentação fotográfica em especial antes e após as intervenções realizadas. Também deverá haver um diário de obras a ser preenchido diariamente para que controle e documentação dos acontecimentos nos canteiros de obras de forma a garantir à Administração pesquisar e levantar fatos relevantes relacionados ao objeto de trabalho.

4.53 A Contratada deverá garantir seus serviços e produtos por um período mínimo de **90 (noventa) dias** a contar do recebimento pleno por parte da Administração dos serviços constantes neste Contrato.

4.54 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e Decreto Estadual nº. 7.217/2006 e toda legislação pertinente.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O serviço será solicitado através de ordem de serviço, de acordo com a necessidade da Contratante, sendo que o serviço deverá ser iniciado em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Ordem, pela Contratada, devendo o serviço ser concluído em até de 30 (trinta) dias.

5.2. Se a qualidade ou características do serviço entregue não corresponder às especificações exigidas no Edital, bem como neste contrato, as substituições deverão ser

feitas, no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, independentemente da aplicação das sanções cabíveis.

5.3 A execução do serviço, objeto da presente licitação, deverá ser realizado pela contratada, **na Área do pátio da SEMA-MT**, e deverá ser acompanhada pela Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário-GAPI, fiscal responsável ou algum servidor designado por este.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir Ordem de Serviço (OS) estabelecendo dia, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para a prestação do serviço;

6.2. Receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Contrato e no Edital de **Pregão Presencial n.º \_\_\_\_/2016/SEMA/MT**;

6.3. Proporcionar todas as facilidades e informações indispensáveis para que a **CONTRATADA** possa cumprir suas obrigações dentro das normas e à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da **CONTRATADA** em suas dependências, e destinar, se for o caso, local para que o representante da **CONTRATADA** possa executar o controle dos serviços e de seu pessoal;

6.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa **CONTRATADA**, exigindo sua imediata correção, sob pena de aplicação das penalidades previstas em lei, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela SEMA.

6.5. Designar, fiscal do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

6.6 Promover o acompanhamento e fiscalização dos serviços sob os aspectos quantitativo e qualitativo, comunicando à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, na forma prevista na Lei nº. 8.666/93

6.7 Permitir o acesso à **CONTRATADA** para o cumprimento de suas obrigações;

6.8 Notificar a **CONTRATADA** sobre possíveis irregularidades observadas na execução do serviço, para imediata correção;

6.9 Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como as falhas detectadas na execução do contrato;

6.10 Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.11 Efetuar os pagamentos devidos, por meio de crédito em conta corrente mantida pela **CONTRATADA**, a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com respectivo comprovante, de que o serviço foi realizado a contento.

6.12 Aplicar, quando for o caso, à **CONTRATADA**, as sanções regulamentares e contratuais;

6.13 Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões do contrato;

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado, conforme definido na subcláusula 2.2 deste contrato, após o atesto na Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato designado pela **CONTRATANTE** e pela Gerência de Patrimônio Imobiliário, em consonância com o objeto do Edital;

7.2 O pagamento será efetivado por meio de Nota de Ordem Bancária, em nome da **CONTRATADA** na data fixada de acordo com o artigo 37, § 2º do Decreto 11/2015, bem como em conformidade Decreto Estadual nº 8.199/2006, Decreto Estadual nº 7.217/2006;

7.3. A **CONTRATADA** indicará no corpo da Nota Fiscal o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, bem como o número do contrato, descrição detalhada do objeto entregue/serviço prestado, período de execução e dados da ordem de fornecimento/serviço, conforme o caso.

7.3.1. Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal/fatura, esta deverá ser devolvida a **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

7.3.2. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.4. Junto com as Notas Fiscais a **CONTRATADA** deverá **obrigatoriamente apresentar** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS, sem as quais fica impossibilitada a efetivação da liquidação do pagamento;

7.5 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

7.6 Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7.7 As Notas Fiscais/Faturas devem ser emitidas em nome de **ESTADO DE MATO GROSSO**, com o CNPJ nº. 03.507.415/0023-50 e com o seguinte endereço: Rua C

esquina com a Rua F, Centro Político Administrativo, e deverão ser entregues na **Gerência de Ambiente e Patrimônio Imobiliário – SEMA/MT** para serem devidamente conferidas e atestadas pelo fiscal do contrato;

**7.8** O pagamento efetuado à **CONTRATADA** não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao serviço, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

**7.9** A partir de 1º de dezembro de 2010, as operações de vendas destinadas à Órgão Público da Administração Federal, Estadual e Municipal, deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, conforme Protocolo ICMS42/2009, recepcionado pelo Artigo 198-A-5-2 do RICMS. Informações através do site [www.sefaz.mt.gov.br/nfe](http://www.sefaz.mt.gov.br/nfe).

**7.10** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

365

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**8.1.** As despesas decorrentes da contratação, objeto deste contrato, correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Secretaria de estado de Meio Ambiente de Mato Grosso, através da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade: 27101 – SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
Projeto Atividade: 2005
Natureza de Despesa: 3390 3969
Fonte de Recurso: 240

## 9. CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. A vigência do presente contrato será de **06 (seis) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A rescisão regula-se pelo disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.8.666/93, no que couber.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do edital, bem como, deste contrato, sujeita a **CONTRATADA** a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

11.1.1 Quanto à obrigação da retirada da Nota de Empenho no prazo estabelecido:

- a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);
- b) partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

11.1.2 Quanto ao atraso para assinatura do contrato, retirada da ordem de serviço, quanto às obrigações de solução de quaisquer problemas com o objeto contratado, e, quanto à aceitação de acréscimos e supressões no valor total da contratação:

- a) atraso até 2 (dois) dias, multa de 2% (dois por cento);
- b) a partir do 3º (terceiro) até o limite do 5º (quinto) dia, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia de atraso.

11.1.3. Se a **CONTRATADA** recusar-se a retirar a Nota de Empenho, assinar o Contrato e/ou receber a Ordem de Serviço, injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) **Multa** de até 10% sobre o valor contratado;
- b) **Suspensão** temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a SEMA, por prazo de até 5 (cinco) anos, e;
- c) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.



11.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

11.3. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

11.3.1. Não atendimento às especificações técnicas relativas aos serviços previstos no contrato;

11.3.2. Retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução dos serviços ou de suas parcelas;

11.3.3. Paralisação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

11.3.4. Entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

11.3.5. Alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

11.3.6. Prestação de serviço de baixa qualidade;

11.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas na subcláusula 12.1.3.

11.5. A **CONTRATADA** que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado pelo prazo de até 5 (cinco) anos e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei;

11.6. A multa, eventualmente imposta à **CONTRATADA**, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês. Caso a **CONTRATADA** não tenha nenhum valor a receber deste Órgão do Estado de Mato Grosso, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo, ainda a **CONTRATANTE** proceder a cobrança judicial da multa;

11.7. As multas previstas nesta seção não eximem a **CONTRATADA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar a **CONTRATANTE**;

11.8. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a **CONTRATANTE** reconsiderar sua decisão ou

nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

12.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

13.1. Será designado, pela **Gerência de Ambiente de Patrimônio Imobiliário**, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à **CONTRATADA** o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da **CONTRATANTE** ou terceiros ligados à contratação.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O exercício da fiscalização pela **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da **CONTRATADA**.

13.2 O serviço será auferido (pintura no solo – sinalização horizontal) e será procedida a quantificação das placas de sinalização vertical ao fim das obras, conforme planta baixa do projeto de sinalização do estacionamento constante no Anexo I do Edital.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/93, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

14.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, que, a critério da **CONTRATANTE**, que se façam necessários, até o limite de 25% do valor global deste contrato;

14.2.1. As supressões poderão ultrapassar o limite acima estabelecido, havendo acordo entre as partes.

14.3 A **CONTRATANTE** poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

14.3.1. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido;

14.3.2. A nulidade não exonera a **CONTRATANTE** do dever de indenizar a **CONTRATADA** pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros



prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

14.4. Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir no total ou parcial a execução do serviço;

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Cuiabá - MT, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Secretário de Estado de Meio Ambiente  
SEMA/MT

\_\_\_\_\_  
Representante da Contratada

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

2.

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_